



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
 DE
 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



Relatório de Gestão e Contas

2017

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Dr. Manuel José Caraça Cipriano

Secretário – Dr. Ricardo José Madeira Cipriano

Secretário - Sr. Rui Manuel Correia Vairinhos

Mesa Administrativa

Provedor - Cor. Joaquim António Camacho Aguiã

Vice-Provedor – Prof. Luís Manuel Martins Correia

Secretária - Dra. Maria Helena D. M. Messias

Tesoureiro – Sr. Joaquim Manuel Henrique Félix

Vogal – Dra. Cecília Maria D’Azevedo A. De Faria

Vogal – Edu. Lurdes Maria Xavier Madeira Mestre

Vogal – Luís Filipe Correia Burnett Lapido

Suplente – Sra. D. Rosa Cristina Marques Teresa

Conselho Fiscal:

Presidente – Sr. José Manuel dos Santos Rosa

Secretário – Sr. José Afonso Valente

Secretário - Sr. Nelson Rosa Mascarenhas

Suplente – Dr. José António Mascarenhas

Suplente – Dra. Ana Maria Viegas Canuto

A vertical column of handwritten signatures in black ink, corresponding to the names listed in the text. The signatures are written in a cursive style and are positioned to the right of the text.

**ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA**



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artº 22 - Nº 2 Alínea b) do Compromisso desta Instituição, convoco a Assembleia Geral a reunir ordinariamente pelas 20h 30m, do dia 28 de Março de 2018, no Lar "Dr. Alonso Vasquez", com a seguinte ordem de trabalhos:

- **PONTO ÚNICO - APRECIAR, DISCUTIR E APROVAR O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2017.**

Não havendo à hora marcada número legal de associados, funcionará a mesma Assembleia em segunda convocatória, meia hora depois, com a mesma ordem de trabalhos.

Vila Real de Santo António, 05 de Março de 2018.

O Presidente da Assembleia Geral



(Dr. Manuel José Caraça Cipriano)

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including names like 'Felix' and 'Carraça'.

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA

I | Introdução

Compete à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António (SCMVRSA), nos termos artigo 27º, nº1, alínea a) do Compromisso, “*elaborar o Relatório de Atividades e contas do Exercício do ano anterior, a fim de serem submetidos a parecer do Conselho Fiscal e deliberação da Assembleia Geral*”. Nestes termos, e em conformidade com as normas contabilísticas que regulam a prestação de contas no setor social não lucrativo, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício de 2017.

O Relatório inicia-se com algumas Considerações Gerais sobre o setor social e solidário, no qual a SCMVRSA se insere. Em seguida, são focadas quatro áreas essenciais da gestão estratégica e operacional da instituição:

- a. Recursos
- b. Atividades Desenvolvidas
- c. Utentes, Irmãos e Parceiros
- d. Análise Económica e Financeira

A sequência destes quatro pontos baseia-se na lógica causa-efeito. Os **recursos** de que a SCMVRSA dispõe, com especial destaque para o capital humano, constituem um elemento fulcral - a *causa* - da qualidade e eficiência que a instituição ambiciona atingir nas **atividades** desenvolvidas - o *efeito*. Por sua vez, a qualidade e eficiência obtida nas **atividades** da SCMVRSA, estabelece uma segunda relação causa-efeito em termos de satisfação dos **utentes, irmãos e**

Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like Freix, Am, and others.

parceiros. Por último, constata-se que a capacidade de obter financiamentos, visando o **equilíbrio económico-financeiro** da SCMVRSA resulta, acima de tudo, da satisfação dos **utentes** e da imagem externa que a instituição projeta junto dos vários **parceiros** públicos e privados. O Relatório inclui também uma análise das Perspetivas e Cenários para 2018 e a Proposta de aplicação dos resultados obtidos no exercício.

Após o relatório da Mesa Administrativa, surgem as várias demonstrações financeiras, preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor social não lucrativo (SNC – ESNL). O Relatório de Gestão encerra com a inclusão de dois pareceres: Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas.

2 | Considerações Gerais sobre o Setor Social e Solidário

A importância estratégica do setor social e solidário e a necessidade de o mesmo ser apoiado e fiscalizado pelo Estado, tendo em vista concretizar os objetivos de solidariedade social, está consagrada no artigo 63º da Constituição da República Portuguesa. Por sua vez, a Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro, que define as bases do sistema de segurança social, estabelece no seu artigo 31º que os princípios e linhas de orientação da ação social se concretizam, designadamente através de *“intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos”*.

Nas últimas décadas, o número de IPSS constituídas em Portugal cresceu exponencialmente. Houve um aumento significativo da rede de equipamentos sociais, que posicionou o terceiro setor como um parceiro crucial do Estado, na prossecução das respostas sociais junto das comunidades em que as instituições estão inseridas.

As Misericórdias portuguesas são organizações sociais e solidárias que desenvolvem a sua atividade com grande proximidade dos cidadãos: percebem, em primeira mão, os problemas e necessidades das famílias e atuam em conformidade, algumas vezes, até, antes de surgirem os apoios financeiros do Estado.

Em 2017 foi celebrado entre o Estado e as organizações representativas do setor social e solidário um Compromisso de Cooperação para os anos de 2017-2018, com o objetivo de reforçar a parceria, envolvendo partilha de objetivos, interesses comuns e repartição de obrigações e responsabilidades de cada uma das partes. Esse Compromisso de Cooperação estabelece, entre outras normas, as bases do financiamento público, sem o qual o setor social e solidário, não teria viabilidade. As Misericórdias obtêm o seu financiamento através das seguintes fontes:

- Do Estado, com carácter regular, baseado no Compromisso de Cooperação;
- Do Estado, pontualmente, para apoiar necessidades específicas. Caso do Fundo de Socorro Social;
- Dos Municípios, através de protocolos direcionados para áreas de intervenção e prioridades específicas;
- Comparticipações dos utentes e famílias, em contrapartida das prestações de serviço nas diversas respostas sociais;
- Quotizações dos associados;
- Donativos, heranças e outros rendimentos provenientes de atividades desenvolvidas por iniciativa própria das instituições.

No período compreendido entre 2011-2016, o país atravessou, como sabemos, uma grave crise financeira, que afetou fortemente o setor social e solidário. O ano de 2017 revelou uma inversão dessa trajetória. Registaram-se indicadores favoráveis, em especial no crescimento económico e na redução do desemprego

em Portugal. Não significa, de forma alguma, que os problemas sociais tenham ficado resolvidos. Atenuaram-se alguns, mas surgiram outros com novos contornos. O papel social das Misericórdias vai ter que continuar a ser desempenhado, atempadamente e com eficácia, num ambiente de proximidade com as comunidades. O equilíbrio económico-financeiro continuará a ser extremamente importante nestas instituições. O presente Relatório de Gestão e Contas, relativo ao exercício findo em 31-12-2017, faz uma abordagem transversal a vários temas de gestão, com algum destaque para as áreas económica e financeira.

3 | Recursos da SCMVRSA

A SCMVRSA possui um conjunto de recursos, através dos quais desenvolve as várias atividades estatutárias. Distinguem-se duas grandes categorias: recursos *tangíveis* e recursos *intangíveis*.

- Recursos *tangíveis*: incluem as instalações, os equipamentos e os meios monetários.
- Recursos *intangíveis*: estão centrados nas pessoas – e envolvem conhecimentos, competências, atitudes, motivação, liderança e trabalho em equipa, entre outros. Outro recurso intangível muito importante é a informação, que inclui os sistemas e tecnologias, através dos quais a informação circula, não só dentro da SCMVRSA, mas também para o exterior.

Os recursos tangíveis são, por natureza, relativamente fáceis de avaliar e integram o balanço da SCMVRSA, conforme quadros que adiante serão apresentados.

Já os recursos intangíveis, que, em grande parte, estão relacionados com aspetos comportamentais, são bastante difíceis de medir. Constitui, por isso, uma tarefa complexa com elevado grau de subjetividade, atribuir-lhes um valor fiável que possa ser integrado nas demonstrações financeiras. Todavia, os intangíveis assumem, nos dias de hoje, uma importância estratégica em qualquer organização. Apresentam-se, em seguida, quatro tabelas onde constam os recursos de que a SCMVRSA dispunha em 31-12-2017, data do encerramento do exercício. Nas tabelas 1 a 3 constam os recursos tangíveis. A tabela 4 contém dados que, num formato sintético, caracterizam o capital humano da instituição.

Tabela 1 - Instalações

Rubricas	Valores
Edifícios e outras construções	6.361.166 €
- Outras construções	67.727 €
- Centro Infantil Monte Gordo	929.764 €
- Lar Alonso Vasquez	1.576.826 €
- Loja Rua Francisco Gomes	102.000 €
- Lar Centro Dia de Cacela	1.474.860 €
- Centro Acolhimento VRSA	800.250 €
- C. Dia C. Comunitário / C I Borboleta	1.306.092 €
- Fração Prédio Av. da República	103.647 €
Propriedades de investimento	104.881€
total	6.466.047 €

Tabela 2- Equipamentos

Rubricas	Valores
Equipamento básico	621.598 €
Equipamento de transporte	176.463 €

Equipamento administrativo	197.957 €
Outros ativos fixos	3.761 €
total	999.779 €

Tabela 3 - Meios monetários

Rubricas	Valores
Caixa	1.000 €
Depósitos à Ordem	95.627 €
Outros depósitos Bancários	78.127 €
total	174.754 €

Tabela 4 - Capital humano

Pessoas ao serviço	250
- Efetivos	191
- Contratados	59
Género	
- Feminino	235
- Masculino	15
Faixa etária	
< 35 anos	52
35 - 50 anos	90
> 50 anos	100
Habilitações	
- Até 9º ano	124
- 12º ano	86
- Licenciatura	40
Antiguidade	
- < 10 anos	115
- 10 - 20 anos	82
- > 20 anos	53

4 | Atividades da SCMVRSA

A SCMVRSA manteve em funcionamento, ao longo do ano 2017, todas as suas respostas sociais, servindo mais 500 utentes, como mostra o quadro seguinte:

Tabela 5 – Atividades

Respostas Sociais	Nº Utentes
Creche de Santo António	134
Creche "A Cegonha"	50
Jardim de Infância "A Borboleta"	86
Jardim de Infância "A Cegonha"	46
Centro de Acolhimento	20
Lar Dr. Alonso Vasquez	56
Lar Dr. José Colaço Fernandes	36
Centro de Dia Dr. José Colaço Fernandes	13
Centro de Dia do Centro Comunitário de VRSA	24
Apoio Domiciliário Dr. José Colaço Fernandes	17
Apoio Domiciliário do Centro Comunitário de VRSA	33
Apoio Domiciliário Integrado	3
Unidade Residencial Portadores HIV	4
Unidade Cuidados Continuados	18
Casa Mortuária VRSA	N/A ¹
RSI	N/A
Cozinha Monte Gordo	N/A
Programa de emergência alimentar - Cantinas Sociais	N/A
Campo de Férias	18

¹ N/A – Não aplicável

a) Apoio à infância

Na área da infância tivemos alguns problemas em 2016 e antecipamos problemas ainda mais graves para 2017.

Em 2016, no Centro Infantil “A Cegonha”, não esgotamos a capacidade protocolada (50 crianças) o que se refletiu nos resultados operacionais da valência. (Não recebemos participações da Segurança Social, nem participação dos pais/encarregados de educação dos utentes em falta).

Igualmente na creche de Santo António, embora tenhamos capacidade instalada para 155 crianças, continuamos apenas com acordo com a segurança social para 102 crianças. Até ao momento apenas promessas.

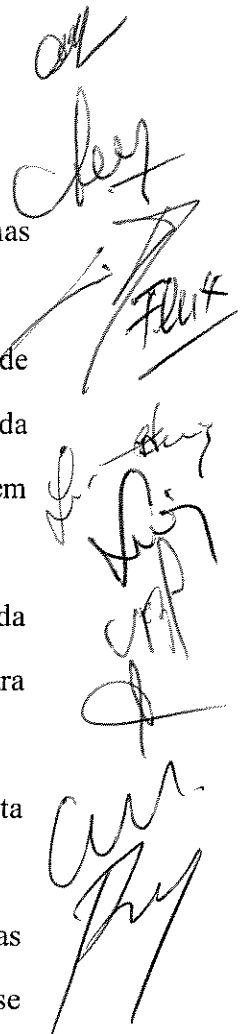
Obviamente que, os reflexos financeiros também se refletem e muito, nesta valência.

Relativamente ao Centro Infantil “A Borboleta” para o ano letivo 2017/2018 as perspetivas que se avizinham podem ser bastante penalizadoras, se se concretizarem as promessas políticas de que o ensino pré-escolar passará todo para o ensino público.

Perguntamos, o que fazer a todas as funcionárias dos Centros Infantis “A Borboleta” e “A Cegonha”? Extinção dos postos de trabalho? Fica a interrogação. Além de tudo o atrás referido, apercebemo-nos de que, os pais/encarregados de educação, de uma forma geral, continuaram a manifestar dificuldades em cumprir com o pagamento das prestações financeiras.

b) Apoio à população idosa

Face ao baixo valor das pensões de reforma da generalidade da população idosa, a maioria dos utentes inscritos para entrada em lar, necessita que os seus filhos/família contribuam com alguma verba para pagamento das prestações, o que nem sempre é possível, face aos poucos recursos de que também dispõem, complicando muito toda a situação das Santas Casas.



c) Outras Atividades

Também consideramos de extrema gravidade que alguns extratos da população portuguesa que beneficia de cantinas sociais, por incrível que pareça, não tenham capacidade financeira para participar no mínimo com 50 cêntimos/refeição.

5 | Utentes, Irmãos e Parceiros

As atividades que a SCMVRSA desenvolve são dirigidas a um conjunto vasto de interessados, que habitualmente designamos por *comunidade*. Identificam-se três grupos, cuja satisfação e participação na vida da SCMVRSA constitui um objetivo prioritário:

- Utentes e famílias
- Irmãos
- Parceiros

Utentes e famílias – Constituem a razão de ser da SCMVRSA. É para eles que a instituição trabalha diariamente. Em algumas respostas, trabalhamos vinte e quatro horas por dia, sempre com a ambição de que se sintam satisfeitos.

Irmãos – São os membros da *Irmandade SCMVRSA*, que esteve na origem da instituição criada em 1928. Participam na vida da SCMVRSA, elegem os corpos sociais, votam nas assembleias, aprovam contas e orçamentos.

Parceiros – Incluem entidades públicas, empresas privadas e pessoas individuais. Desde logo, um destaque ao papel do Estado – Segurança Social, Saúde, IEF, Município – na qualidade de principais financiadores da SCMVRSA.

Podemos afirmar que a palavra-chave que melhor define as expectativas destes três grandes grupos de interessados na vida da SCMVRSA é a **satisfação**. Sem

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, a signature that appears to say 'Felix', and another signature at the bottom.

essa satisfação, perderíamos utentes, deixaríamos de atrair novos irmãos, os nossos parceiros reduziriam financiamentos, a instituição perderia credibilidade e, a médio prazo, poderia até encerrar. Este cenário não corresponde, felizmente, à realidade da SCMVRSA. Bem pelo contrário. A Mesa Administrativa tem procurado, em interação permanente com as coordenadoras e as equipas, manter níveis elevados de satisfação nas várias respostas sociais. Estabelecemos também um diálogo aberto com os irmãos, incentivando-os a que participem, critiquem, questionem, exijam, sugiram e celebrem connosco, sempre que formos bem-sucedidos. Quanto aos parceiros, quer públicos, quer privados, é notório o esforço que tem sido desenvolvido e os resultados atingidos pela SCMVRSA na captação de financiamento, como se pode observar na tabela 6. É um sinal evidente de que a imagem externa da SCMVRSA é muito positiva e resulta dos elevados níveis de satisfação atingidos.

Tabela 6 – Financiamentos obtidos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Centro Distrital Segurança social	2.044.741 €	2.006.154 €
Ministério da Saúde	195.389 €	191.906 €
Instituto de Emprego e Formação Profissional	40.702 €	92.318 €
Autarquia	290.036 €	168.952 €
Subsídios de outras entidades	61.179 €	0 €
Total	2.632.047 €	2.459.330 €

6 | Análises Económica e Financeira

As análises económica e financeira, que a seguir se apresentam, traduzem o resultado final das relações de causalidade estabelecidas, às quais fizemos referência no início deste Relatório: **recursos** adequados e bem geridos são uma condição essencial (*causa*) para a qualidade das **atividades**; a qualidade de serviço nas atividades é a principal causa da satisfação dos **utentes, irmãos e**

parceiros (efeito); essa satisfação origina mais financiamento, o qual, associado a uma boa gestão operacional, pode conduzir ao **equilíbrio económico-financeiro** da SCMVRSA. A procura do equilíbrio económico-financeiro constitui, assim, uma ambição colocada no topo da cadeia de causa-efeito. Mas, com uma finalidade muito específica: **as finanças ajudam a cumprir a Missão da SCMVRSA com sucesso**. Nesta lógica, todos os recursos financeiros obtidos são de novo reinvestidos em instalações, equipamentos, tecnologias e capital humano – **os recursos da SCMVRSA**. Este ciclo renova-se continuamente por tempo indeterminado.

Análise económica:

O principal objetivo da análise económica é perceber se a instituição revela capacidade para criar resultados positivos, os quais derivam da diferença entre o total de rendimentos e gastos realizados em cada ano. A tabela 7 mostra essa análise, relativa aos dois últimos anos.

Tabela 7 – Resultados

	2017	2016
Total de rendimentos	4.227.000€	4.119.000€
Total de gastos	4.247.000€	4.146.000€
Resultados líquidos	-20.000€	-27.000€

As fontes de rendimentos, que mais pesam nos resultados da SCMVRSA, são: as participações dos utentes pelos serviços prestados nas respostas sociais e os subsídios à exploração. A tabela 8 mostra a evolução 2016 – 2017.

Tabela 8 – Rendimentos oriundos da prestação de serviços e de subsídios

Rendimentos	2017	2016
Serviços prestados	1.415.000€	1.390.000€
Subsídios à exploração	2.632.000€	2.459.000€
Total	4.047.000€	3.849.000€

Os gastos mais significativos são originados em três rubricas apresentadas na tabela 9.

Tabela 9 – Gastos com as operações

Gastos	2017	2016
Custo das matérias consumidas	517.000€	530.000€
Fornecimentos e serviços externos	558.000€	554.000€
Gastos com o pessoal	2.972.000€	2.871.000€
Total	4.047.000€	3.955.000€

Os rendimentos e gastos constantes nas tabelas 8 e 9 estão fortemente ligados às operações. Como tal, a diferença entre esses rendimentos e gastos mostra o resultado operacional obtido. Pode-se observar que a evolução em 2017 foi bastante favorável. Na verdade, existe um equilíbrio perfeito entre rendimentos e gastos. No ano anterior tinha-se registado um défice de 106.000€ (3.849 – 3.955).

Na tabela 10 são apresentados dois agregados, que podemos designar por “outros rendimentos” e “outros gastos”. Trata-se de rendimentos e gastos de natureza extraordinária, sobre os quais a capacidade de gestão da Mesa Administrativa é mínima. Dependem de diversas variáveis externas.

Tabela 10 – Outros rendimentos e gastos

Rubricas	2017	2016
Outros rendimentos e ganhos	180.000€	269.000€
<i>Total de outros rendimentos</i>	180.000€	269.000€
Outros gastos e perdas	55.000€	41.000€
Gastos de depreciação e amortização	145.000€	151.000€
<i>Total de outros gastos</i>	200.000€	192.000€

Análise financeira:

Através da análise financeira procura-se medir a capacidade da SCMVRSA para, a curto e longo prazo, solver atempadamente os seus compromissos financeiros. O balanço constitui o instrumento fundamental para essa análise. A tabela 11 mostra uma síntese dos balanços dos últimos dois anos.

Tabela 11 – Dados do Balanço

Gastos	2017	2016
Ativo não corrente	6.055.000€	6.097.000€
Ativo corrente	424.000€	398.000€
<i>Total do ativo</i>	6.479.000€	6.495.000€
Fundos patrimoniais	5.612.000€	5.709.000€
<i>Total dos fundos patrimoniais</i>	5.612.000€	5.709.000€
Passivo não corrente	35.000€	0 €
Passivo corrente	832.000€	786.000€
<i>Total do passivo</i>	867.000€	786.000€
<i>Total dos fundos patrimoniais + passivo</i>	6.479.000 €	6.495.000 €

No global constata-se um ligeiro agravamento da situação financeira. Desde logo, pela redução nos totais do balanço. Numa perspetiva de curto prazo, a situação não se alterou. O grau de cobertura entre o ativo corrente e o passivo corrente ronda os 50% nos dois anos em análise.

7 | Perspetivas e Cenários para 2018

As estimativas macroeconómicas para Portugal, com base nas Grandes Opções do Plano para 2018, indicam um crescimento do PIB de 2,2%, que traduz um desaceleramento da economia face ao ano anterior, por via de um menor contributo da procura interna. O mercado de trabalho, segundo as previsões, continuará a ser marcado pela descida do desemprego e pelo aumento do emprego, embora a um ritmo também inferior ao de 2017.

No campo social, o Plano para 2018 expressa, de forma bastante clara, a intenção do Governo em *privilegiar uma estratégia baseada em opções que, de forma integrada, atuem no sentido de reforçar a coesão social e combater as desigualdades nas suas múltiplas dimensões*. As prioridades dessa estratégia, segundo a mesma fonte, centrar-se-ão em reduzir as desigualdades através: *do combate à pobreza e à exclusão social, privilegiando os grupos mais vulneráveis, nomeadamente os idosos, as pessoas com deficiência e, em especial, as crianças e jovens; da elevação do rendimento disponível das famílias; da promoção do acesso dos cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, reforçando o combate ao empobrecimento*.

As perspetivas para 2018 vão claramente no sentido da necessidade de reforçar as políticas de coesão social. Como sabemos, o Estado só será capaz de implementar essas políticas, com sucesso, através do reforço da cooperação e parceria com o setor social e solidário. Não temos hoje qualquer dúvida que, quando se fala em operacionalizar políticas sociais no terreno, em ambiente de proximidade com as pessoas e as famílias, as Misericórdias e outras IPSS, estarão na mente dos decisores políticos.

A SCMVRSA encara naturalmente estas perspetivas e cenários de crescimento económico e reforço da coesão social, para 2018, com forte expectativa. A Mesa Administrativa conhece bem a realidade social do concelho de VRSA e está preparada para, num trabalho de equipa com os recursos humanos da instituição, os irmãos e toda a rede de parceiros públicos e privados, enfrentar os desafios os que irão surgir.

8 | Aplicação dos Resultados Líquidos

Propõe-se que o resultado líquido negativo obtido no exercício de 2017, no montante de 20.338,51€, seja transferido em 2018 para a conta de resultados transitados.

9 | Agradecimentos

Antes de concluir o Relatório relativo às atividades e contas do Exercício de 2017, a Mesa Administrativa quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às entidades públicas e privadas, bem como a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, deram o seu apoio para na concretização dos objetivos fixados, particularmente:

all
Cde
Felix
Cruz
M. B.
M. P.
A.
Cruz

- Aos utentes e famílias, pela confiança que demonstraram nos serviços da SCMVRSA;
- Aos irmãos da SCMVRSA pelo apoio, interesse e colaboração manifestados;
- Aos fornecedores pela atitude de parceria que revelaram;
- Às instituições de crédito pelo relacionamento que mantiveram com a SCMVRSA;
- A todas as entidades públicas, na qualidade de parceiros e financiadores da SCMVRSA, incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António, sem as quais a instituição não teria viabilidade de prosseguir;
- Aos doadores, empresas e particulares, que ajudaram a SCMVRSA a atenuar as dificuldades financeiras;
- Aos restantes órgãos sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela frontalidade, lealdade institucional e apoio contínuo;
- A todos os colaboradores da SCMVRSA pelo empenho e elevado profissionalismo demonstrados.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Felix', 'Luís', and 'Camacho']

Vila Real de Santo António, 13 de março de 2018

A Mesa Administrativa

Provedor - Cor. Joaquim António Camacho Aguiã

Vice-Provedor - Prof. Luís Manuel Martins Correia

Secretária - Dra. Maria Helena D. M. Messias

Tesoureiro – Sr. Joaquim Manuel Henrique Félix

Vogal - Dra. Cecília Maria D’Azevedo A. De Faria

Vogal – Edu. Lurdes Maria Xavier Madeira Mestre

Vogal - Luís Filipe Correia Burnett Lapidó

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados das Valências

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Balanço



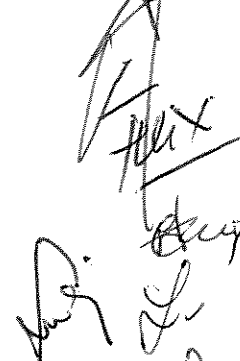

at
Alex
Felix
Alex
Felix
Alex
Felix
Alex
Felix

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	6.041.904,10	6.093.306,93
Bens do património histórico e cultural	26	850,00	850,00
Investimentos financeiros	5	11.973,98	2.869,01
		6.054.728,08	6.097.025,94
Ativo Corrente			
Inventários	6	10.967,83	11.454,70
Créditos a receber	7	35.845,20	39.691,97
Estado e outros entes públicos	8	9.949,08	8.294,66
Diferimentos	9	13.781,80	6.040,77
Outros ativos correntes	10	178.980,60	125.527,03
Caixa e depósitos bancários	11	174.754,74	207.130,05
		424.279,25	398.139,18
Total do ativo		6.479.007,33	6.495.165,12
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	791.476,35	791.476,35
Resultados transitados	12	97.763,40	32.214,41
Excedentes de revalorização	12	2.993.405,65	3.085.920,76
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1.749.645,26	1.826.054,07
Resultado líquido do período		-20.338,51	-26.966,12
Total dos fundos patrimoniais		5.611.952,15	5.708.699,47
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos bancários	27	34.819,04	
Total do passivo não corrente		34.819,04	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	261.722,49	263.235,43
Estado e outros entes públicos	8	82.460,16	104.548,20
Diferimentos	9	17.938,86	2.368,96
Outros passivos correntes	14	470.114,63	416.313,06
Total do passivo corrente		832.236,14	786.465,65
Total do passivo		867.055,18	786.465,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.479.007,33	6.495.165,12

Demonstração de Resultados por Natureza

all
Lucy
Flux
Adis
Lucy
WOP
Lucy
Lucy





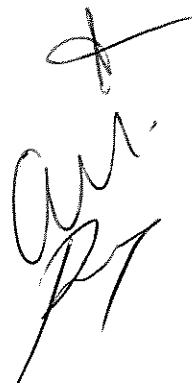
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	15	1.415.306,86	1.390.357,58
Subsídios, doações e legados à exploração	16	2.632.047,05	2.459.330,33
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	-517.373,41	-529.816,86
Fornecimentos e serviços externos	18	-557.726,26	-554.047,06
Gastos com o pessoal	19;20	-2.972.316,48	2.870.507,17
Outros rendimentos	21	179.742,27	269.295,01
Outros gastos	22	-55.153,70	-40.392,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		124.526,33	124.219,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-144.866,30	-150.705,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20.339,97	-26.486,22
Juros e rendimentos similares obtidos	24	1,46	100,70
Juros e gastos similares suportados	25	0,00	-580,60
Resultado antes de impostos		-20.338,51	-26.966,12
Resultado líquido do período		-20.338,51	-26.966,12

Demonstração dos Resultados das Valências

Handwritten signatures and initials:
ell
A
Felix
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Valências	Gastos	Rendimentos	Resultado Líquido
Creche " Santo António	716.747,47	703.738,42	-13.009,05
Creche " A Cegonha "	229.513,76	259.930,08	30.416,32
J. Infância " A Cegonha"	245.603,78	238.317,66	-7.286,12
J. Infância " A Borboleta"	479.560,85	473.779,68	-5.781,17
Centro Acolhimento Temporário	343.048,17	292.423,42	-50.624,75
Lar Dr. Alonso Vasquez	776.851,36	824.930,52	48.079,16
Lar Dr. José Colaço Fernandes	587.667,12	612.323,13	24.656,01
Centro Dia Dr. José Colaço Fernandes	51.243,69	56.251,96	5.008,27
Apoio Domiciliário Dr. José Colaço Fernandes	96.204,71	110.343,62	14.138,91
Centro Dia do C. Comunitário VRSA	252.271,21	194.432,55	-57.838,66
Apoio Domiciliário C. Comunitário VRSA	200.227,32	260.796,38	60.569,06
Apoio Domiciliário Integrado C. Com. VRSA	51.119,55	57.223,99	6.104,44
Unidade Residencial Viva	64.110,69	58.670,89	-5.439,80
Unidade Cuidados Continuados	566.254,93	491.808,00	-74.446,93
Casa Mortuária Vila Real Santo António	12.060,58	17.386,12	5.325,54
Protocolo Cooperação RSI	77.880,41	80.569,49	2.689,08
Cozinha Centro Comunitário	54.962,16	50.537,68	-4.424,48
Programa Emergência Alimentar 90 Ref.	102.160,44	104.199,90	2.039,46
Programa Emergência Alimentar 10 Ref.	15.916,99	13.307,74	-2.609,25
Campo de férias	6.640,23	8.735,68	2.095,45
	4.930.045,42	4.909.706,91	-20.338,51

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Handwritten notes and signatures:
✓
de
Felix
B. de
CAP
Am.
R.

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		1.452.031,70	1.413.381,21
Pagamentos de apoios			1.612,31
Pagamentos a fornecedores		-1.088.340,92	-1.031.808,90
Pagamentos ao pessoal		-2.066.861,79	-2.047.060,26
Caixa gerada pelas operações		-1.703.171,01	-1.663.875,64
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-165.989,78	-110.541,68
Outros recebimentos/pagamentos		1.848.871,73	1.752.647,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-20.289,06	-21.769,72
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-273,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1,46	100,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1,46	-172,30
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-12.087,71	
Juros e gastos similares		0,00	-55,99
Outras operações de financiamento		0,00	-490,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-12.087,71	-545,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-32.375,31	-22.488,01
Caixa e seus equivalentes no início do período		207.130,05	229.618,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		174.754,74	207.130,05

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including names like Odery, Flux, and others.

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais em 31/12/2017

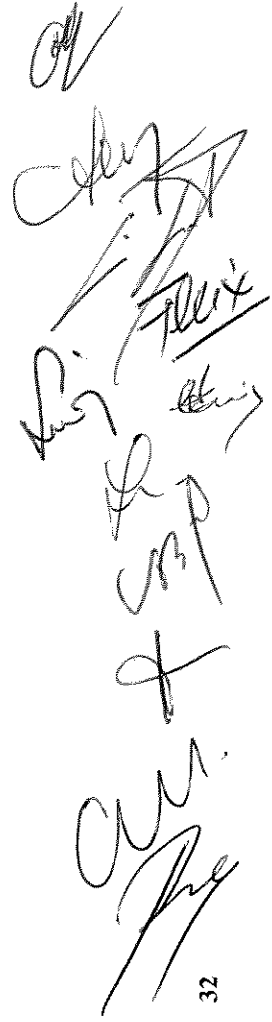
DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						TOTAL dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados Transitados	Exced. de revalorização	Ajustamentos/Outr. variações f. patrim.	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2016)	791.476,35	32.214,41	3.085.920,76	1.826.054,07	-26.966,12	5.708.699,47	5.708.699,47
Transferência de Result. do Exercício Anterior para Res. Transitados							
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Realização de Excedentes de revalorização		-26.966,12				-26.966,12	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		92.515,11	-92.515,11			0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO							
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados				1.216,85		1.216,85	1.216,85
Outras operações				-77.625,66		-77.625,66	-77.625,66
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2016)	791.476,35	97.763,40	2.993.405,65	1.749.645,26	-20.338,51	5.584.986,03	5.611.952,15



 Rui ...

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais em 31/12/2016

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							TOTAL dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados Transitados	Exced. de revalorização	Ajustamentos/Outr. variações f. patrimon.	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2016)	791.476,35	-170.627,63	3.455.981,22	1.887.643,55	-167.218,42	5.797.255,07	5.797.255,07	
Transferência de Result. do Exercício Anterior para Res. Transi- tados								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		-167.218,42				-167.218,42		
Realização de Excedentes de revalorização		370.060,46	-370.060,46			0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					-26.966,12	-26.966,12	-26.966,12	
RESULTADO EXTENSIVO								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados				1.979,99		1.979,99	1.979,99	
Outras operações				-63.569,47		-63.569,47	-63.569,47	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2016)	791.476,35	32.214,41	3.085.920,76	1.826.054,07	-26.966,12	5.541.481,05	5.708.699,47	



Anexo

at
 Leo
 Felix
 Luis
 Juan
 +
 Luis

ANEXO

(As quantias estão expressas em Euros, exceto quando indicado de outra forma)

Nota prévia: o presente ANEXO está estruturado com base na Portaria n.º 220/2015. No que diz respeito à sequência numérica, a entidade criou a sua própria sequência a partir da divulgação n.º 4, tal como previsto na referida portaria. As notas começam por divulgar sequencialmente as rubricas do Balanço e continuam depois na Demonstração dos Resultados por Naturezas. Valores inferiores a 1.000€ poderão não ser referidos.

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António

Sede: Avenida Fernando Salgueiro Maia, n.º 9 – Apartado 183, 8900 – 265 Vila Real de Santo António

Natureza da atividade: Prestação de serviços sociais de apoio à infância, juventude, família e idosos

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- Para além das alterações estruturais inerentes à primeira adoção do SNC – ESNL ocorrida em 2012 pela SCMVRSA e da mudança ocorrida em 2013 na valorização dos edifícios e propriedades de investimento, não ocorreram em 2017 quaisquer outras alterações às políticas, estimativas contabilísticas ou erros passíveis de serem reportados na presente Nota.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a SCMVRSA adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes no regime da normalização contabilística para as ESNL (Anexo II do Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março);
- A NCRF específica para o Sector não Lucrativo.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

4. Ativos fixos tangíveis

- Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se aos bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo. Com exceção para os edifícios, todos os restantes ativos fixos estão valorizados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidades acumuladas. O grupo dos Edifícios, na sequência do processo de revalorização efetuado no ano de 2013, passou a estar mensurado pelo justo valor. Nas contas desse ano foram efetuados os relatos e divulgações adequados, em conformidade com a NCRF 7.

- Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e durante o período de vida útil esperada. O método de depreciação utilizado é o da linha reta. Relativamente aos edifícios, após a revalorização de 2013 antes referida, o órgão de gestão da SCMVRSA considerou que todos os edifícios revalorizados revelavam condições para produzir benefícios económicos para a

SCMVRSA durante 50 anos, com início em 2013. O método da linha reta que já vinha sendo utilizado nas depreciações manteve-se.

As taxas de amortização para os ativos fixos estão definidas, tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	Taxas	Vida útil
Edifícios e outras construções	2%	50 Anos
Equipamento de alojamento de utentes, didático, médico-hospitalar e outro	16,66%	6 Anos
Equipamento Informático	20%	5 Anos
Equipamento de transporte	20%	5 Anos
Equipamentos de valor inferior a 1.000 Euros	100%	1 Ano

As taxas evidenciadas no quadro foram estabelecidas anteriormente à introdução do SNC-ESNL em 2012. Como tal, verifica-se nalguns casos algum desalinhamento em relação às taxas atuais (Portaria nº 94/2013), como por exemplo a taxa relativa a equipamento informático. Esse desalinhamento é pouco relevante, face aos valores envolvidos e à natureza social da instituição. Neste ano de 2017 deu-se continuidade ao processo de melhoria no mapa de amortizações. Os bens adquiridos no ano estão codificados e sofreram depreciações de acordo com a Portaria nº 94/2013. Gradualmente será regularizada a situação de anos anteriores.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

- A conta de balanço “ativos fixos tangíveis” inclui, nos termos da portaria nº 220/2015, o valor relativo às Propriedades de Investimento. Estas, são constituídas por um conjunto de edifícios, propriedade da SCMVRSA, que preenchem os requisitos gerais definidos na NCRF 11: destinam-se à obtenção de rendas ou à valorização do património. Não se destinam ao fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas. Esta classe de ativos passou, a partir de 2013, a ser valorizada de acordo com o método do justo valor. Com base nas normas definidas para o método do justo valor, cessou a partir de 2013 a contabilização de depreciações anuais relativas às propriedades de investimento.

- Os dois quadros, a seguir apresentados, mostram a desagregação dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como o valor comparativo das depreciações acumuladas:

Ano de 2017

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Abates	Saldos finais
Edifícios e outras construções	6.360.304 €	861€		6.361.165 €
Equipamento básico	591.993 €	29.605€		621.598 €
Equipamento de transporte	139.331 €	56.729€	19.597€	176.463 €
Equipamento administrativo	196.375 €	1.582€		197.957 €
Outros ativos fixos	3.761 €			3.761 €
Investimentos em curso	8.584 €	4.687€		13.271 €
Propriedades de investimento	104.881€			104.881€
Valores totais ilíquidos	7.405.229 €	93.464€	19.597 €	7.479.096 €
Depreciações acumuladas	1.311.922 €	144.866€	19.597 €	1.437.191 €
Valores líquidos (Balanço)	6.093.307€			6.041.905€

Ano de 2016

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Abates	Saldos finais
Edifícios e outras construções	6.342.605 €	17.699€		6.360.304 €
Equipamento básico	576.831 €	15.162€		591.993 €
Equipamento de transporte	139.331 €			139.331 €
Equipamento administrativo	195.480 €	895€		196.375 €
Outros ativos fixos	3.761 €			3.761 €
Investimentos em curso	15.719 €	10.565€	17.700€	8.584 €
Propriedades de investimento	104.881€			104.881€
Valores totais ilíquidos	7.378.608 €	44.321€	17.700 €	7.405.229 €
Depreciações acumuladas	1.161.217 €	150.705€		1.311.922 €
Valores líquidos (Balanço)	6.217.391€			6.093.307€

5. Investimentos financeiros

- Estão englobados os valores relativos ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário registados na conta 4152, seguindo orientações da Segurança Social, entidade que tutela e visa as contas da SCMVRSA.
- Inclui também o Fundo de Compensação do Trabalho, valor registado na conta 4153.

6. Inventários

- Os inventários incluem as matérias-primas e subsidiárias destinadas à prestação dos serviços, que constituem a missão da SCMVRSA – apoio à infância, juventude, família e idosos. Incluem géneros alimentares, medicamentos, material clínico e outras matérias subsidiárias. Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição, ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- Relativamente aos inventários a SCMVRSA seguiu as regras fixadas na NCRF respetiva. Em 31/12/2017 os valores dos inventários estão mensurados ao custo de aquisição e eram os seguintes:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	7.141 €	477.801 €	478.242 €	6.700 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	3.591 €	20.346 €	20.522 €	3.415 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	0 €	0 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	723 €	13.167 €	13.038 €	852 €
Matérias-subsidiárias: outros produtos farmacêuticos	0 €	4.403 €	4.403 €	0 €
Matérias-subsidiárias: outro material	0 €	1.168 €	1.168 €	0 €
Total	11.455 €	516.885 €	517.373 €	10.967 €

Em 2016 as contas de inventários haviam registado os seguintes movimentos:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	8.017 €	493.220€	494.096€	7.141 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	5.752 €	17.941€	20.102€	3.591 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	0€	0€	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	0 €	14.310€	13.587€	723 €
Matérias-subsidiárias: outros produtos farmacêuticos	0 €	556€	556€	0 €
Matérias-subsidiárias: outro material	0 €	1.476€	1.476€	0 €
Total	13.769 €	527.503€	529.817€	11.455 €

7. Créditos a receber

- As contas a receber de Clientes e Utentes são reconhecidas pelo seu valor nominal, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração estabelecidos para a Prestação de Serviços.

- Inclui os adiantamentos a fornecedores.

8. Estado e outros entes públicos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
IVA -- reembolsos pedidos (Balanço -- Ativo Corrente)	9.949 €	8.295 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	13.765 €	18.830 €
Imposto sobre valor acrescentado (suportado)	8.458 €	
Contribuições para a Segurança Social	59.785 €	85.496 €
Outras tributações	452 €	222 €
Balanço -- Passivo Corrente	82.460€	104.548€

9. Diferimentos

- A rubrica pode assumir dupla natureza, figurando no balanço com valores ativos e passivos. Em 2017 a conta diferimentos surge no balanço no lado do ativo e no lado do passivo.
- Os valores de natureza ativa dizem respeito a gastos já faturados à entidade no ano, mas cujo consumo efetivo e imputação às operações respeitam ao ano seguinte.
- Os valores de natureza passiva evidenciam rendimentos já contratualizados e a reconhecer em anos seguintes, com destaque para as verbas financiadas pelo IEFPP.
- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos

10. Outros ativos correntes

- As restantes contas a receber encontram-se valorizadas ao custo estabelecido na contratualização de protocolos, apoios e acordos de cooperação.
- Engloba valores a receber de entidades públicas.
- Os “outros ativos correntes” estão valorizados ao custo de aquisição.

Outros Ativos Correntes

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal – adiantamentos (Balanço: Outros Ativos Correntes)	0 €	80 €
Financiamentos Obtidos (Balanço: Outros Ativos Correntes)	178.481€	121.401 €
Outros Devedores e Credores (Balanço: Outros Ativos Correntes)	0 €	3.546 €
Outros Instrumentos Financeiros (Balanço: Outros Ativos Correntes)	500 €	500 €
Totais: “Outros Ativos Correntes”	178.981 €	125.527 €

11. Caixa e depósitos bancários

- Os montantes incluídos em caixa e depósitos bancários englobam as rubricas – caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	1.000 €	1.000 €
Depósitos à ordem	95.627 €	128.000 €
Outros depósitos bancários	78.127 €	78.130 €
Total	174.754 €	207.130 €

12. Fundos patrimoniais

Fundos – a rubrica reflete o valor do Fundo Social originado aquando da abertura do sistema de contabilidade digráfica na SCMVRSA, iniciado com o antigo PCIPSS;

Resultados transitados – esta rubrica representa os resultados acumulados desde que existe contabilidade digráfica na SCMVRSA. Integra também, desde 2016, a transferência de excedentes de revalorização prevista nas normas contabilísticas, movimentada na conta 569.

Excedentes de revalorização – resultam da revalorização efetuada em 2013 na classe de edifícios segundo o método do justo valor. Integra também, desde 2016, a transferência anual para a conta 569, acima referida.

Outras variações nos fundos patrimoniais – englobam os valores relativos a subsídios ao investimento e as doações.

Divulgação de outras variações nos fundos patrimoniais

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios	1.150.636 €	1.191.475 €
Doações	599.009 €	634.579 €
Total	1.749.645 €	1.826.054 €

13. Fornecedores

- As contas a pagar a fornecedores são mensuradas ao custo e estão registadas pelo seu valor nominal.

14. Outros passivos correntes

- Os adiantamentos de clientes - saldos das contas particulares de utentes, cujos valores estão à guarda e sob administração da SCMVRSA estão incluídos em “outros passivos correntes”. Estão mensurados ao custo e não têm implícitos quaisquer juros.

- Estão englobados valores relativos às seguintes rubricas:

Fornecedores de investimentos;

Remunerações a pagar (conta 231)

Câmara Municipal de VRSA (conta 25813)

Credores por acréscimos de gastos – remunerações a liquidar;

Credores por acréscimos de gastos – fornecimentos e serviços a liquidar;

Outros devedores e credores.

Outros Passivos Correntes

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos de clientes	34.992 €	31.544 €
Remunerações a pagar	89 €	
Câmara Municipal VRSA	325 €	
Fornecedores de investimentos	6.014 €	3.651 €
Devedores e credores por acréscimos	418.303 €	371.329 €
Outros devedores e credores	10.392 €	9.789 €
Outras operações com o pessoal		
Total	470.115 €	416.313 €

15. Vendas e serviços prestados

- A SCMVRSA reconhece o rédito proveniente da prestação de serviços com base no ponto 12.7 da NCRF-ESNL: “quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.”

- O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual é determinada por acordo entre a SCMVRSA e os clientes/utentes dos serviços.

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Matrículas e mensalidades	1.200.666 €	1.164.563 €
Quotizações e joias	8.845 €	6.670 €
Serviços secundários	205.796 €	219.125 €
Total	1.415.307 €	1.390.358 €

16. Subsídios, doações e legados à exploração

- O reconhecimento dos subsídios monetários e não monetários é realizado nos termos do ponto 14.1 da NCRF-ESNL. Assim, tal reconhecimento só é efetuado quando existe segurança:

- que a SCMVRSA cumprirá as condições associadas aos subsídios;
- que os subsídios serão efetivamente recebidos.

- Os Subsídios do Estado e de outros Entes Públicos constituem a principal fonte de fundos da SCMVRSA.

O quadro comparativo seguinte mostra os valores reconhecidos em 2017 e 2016:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Centro Distrital Segurança social	2.044.741 €	2.006.154 €
Ministério da Saúde	195.389 €	191.906 €
Instituto de Emprego e Formação Profissional	40.702 €	92.318 €
Antarquia	290.036 €	168.952 €
Subsídios de outras entidades	61.179 €	0 €
Total	2.632.047 €	2.459.330 €

17. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

- O custo apurado no ano e inscrito na demonstração de resultados encontra-se justificado no quadro seguinte:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	7.141 €	477.801 €	478.242 €	6.700 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	3.591 €	20.346 €	20.522 €	3.415 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	0 €	0 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	723 €	13.167 €	13.038 €	852 €
Matérias-subsidiárias: outros produtos farmacêuticos	0 €	4.403 €	4.403 €	0 €
Matérias-subsidiárias: outro material	0 €	1.168 €	1.168 €	0 €
Total	11.455 €	516.885 €	517.373 €	10.967 €

18. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	126 €	263 €
Serviços especializados	184.291 €	175.226 €
Materiais	71.361 €	78.801 €
Energia e fluidos	142.700 €	148.621 €
Deslocações, estadas e transportes	1.196 €	672 €
Conta 626 - Serviços diversos	158.052 €	150.464 €
Total	557.726 €	554.047 €

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<i>Desdobramento da conta 626 - Serviços diversos</i>		
Rendas e alugueres	65 €	114 €
Comunicação	12.622 €	14.083 €
Seguros	11.344 €	8.004 €
Despesas de representação	365 €	0 €
Contencioso e notariado	0 €	71 €

Limpeza, higiene e conforto	108.826 €	104.503 €
Outros serviços	23.073 €	19.901 €
Rouparia	1.756 €	3.787 €
Total	158.051 €	150.463 €

19. Gastos com o pessoal

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações do pessoal	2.394.410 €	2.336.892 €
Indemnizações	5.781 €	8.325 €
Encargos sobre remunerações	531.329 €	488.522 €
Seguros de acidentes de trabalho	29.702 €	28.476 €
Outros gastos com pessoal	11.094 €	8.292 €
Total	2.972.316 €	2.870.507 €

20. Benefícios dos empregados

- Durante o ano de 2017 o número médio de empregados da SCMVRSA foi de 253. O valor contabilizado em gastos com pessoal totalizou 2.972.316 €. Este valor inclui, para além dos encargos com o pessoal do quadro da instituição, também os gastos com 7 pessoas no âmbito dos programas IEFP. Inclui ainda a estimativa com subsídios de férias e mês de férias a liquidar no ano seguinte, cujo direito foi adquirido em 2017 de acordo com a legislação respetiva. Apresenta-se o quadro comparativo dos gastos com pessoal:

- O número de membros dos órgãos diretivos foi:

- Mesa Administrativa: 8 (oito)
- Conselho Fiscal: 5 (cinco)
- Mesa da Assembleia Geral: 3 (três)

- Nenhum dos órgãos diretivos recebe qualquer remuneração pelo desempenho do respetivo cargo.

21. Outros rendimentos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	54.466 €	63.749 €
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros	1.860 €	1.860 €
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	700 €	590 €
Outros	122.716 €	203.096 €
Total	179.742 €	269.295 €

22. Outros gastos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	2.582 €	4.221 €
Dívidas incobráveis	2.376 €	602 €
Gastos e perdas em investimentos financeiros	4 €	4 €
Correções relativas a períodos anteriores	41.413 €	26.928 €
Quotizações	3.080 €	5.200 €
Coimas e outras penalidades	171 €	791 €
Outros não especificados	5.528 €	2.647 €
Totais	55.154 €	40.393 €

23. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização. Esse gasto resulta da aplicação das taxas de amortização seguintes:

	Taxas	Vida útil
Edifícios e outras construções	2%	50 Anos
Equipamento de alojamento de utentes, didático, médico-hospitalar e outro	16,66%	6 Anos
Equipamento Informático	20%	5 Anos
Equipamento de transporte	20%	5 Anos
Equipamentos de valor inferior a 1.000 Euros	100%	1 Ano

Nota: ver divulgação no ponto 4. Ativos fixos tangíveis

24. Juros e rendimentos similares obtidos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Juros obtidos – de depósitos	1 €	101 €

25. Juros e gastos similares suportados

Em 2017 não ocorreram.

26. Bens do património histórico e cultural

Obra de arte: serigrafia, no valor de 850€

27. Passivo não corrente – empréstimos bancários

Leasings contratados com a Caixa de Crédito Agrícola para aquisição de viaturas.

Valores em dívida, conforme quadro:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Leasing n° 24327 – Peugeot partner 97-SS-89	12.842 €	0 €
Leasing n° 24328 – Peugeot partner 71-S1-40	12.842 €	0 €
Leasing n° 24329 – Peugeot partner 97-SS-77	9.136 €	0 €
Total	34.820 €	0 €

14/03/2018

O Contabilista Certificado

Francisco José Simões Pinto

Membro n° 4387 da OCC

Handwritten signatures and initials, including 'Felix' and 'PP'.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

[Handwritten signatures and initials, including 'Felix', 'comp', and 'Ami']



Santa Casa da Misericórdia
De
Vila Real de Santo António
Av. Salgueiro Maia – 8900-265 Vila Real de Santo António – NIF 500851506

RELATORIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 – Nos termos estatutários, cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício findo de 31 de Dezembro de 2017.

2 – No decurso do exercício, acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade Financeira da Instituição. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação.

3 – No âmbito das nossas funções, cumpre-nos salientar o seguinte:

3.1 – O Relatório apresentado pela Mesa Administrativa é suficiente claro no que concerne a atividade financeira e a situação atual da Instituição.

3.2 – O Balanço e a Demonstração dos Resultados permitem uma fácil e completa compreensão da situação financeira.

3.3 – As disposições contabilísticas foram as adequadas.

4 – O resultado líquido do exercício foi de – 20.338,51 Euros (Vinte mil trezentos e trinta e oito euros e cinquenta e um cêntimos) menos negativo em cerca de 32,5 % do que o ano transato.

5 – Os somatórios das Rubricas de Rendimentos e Ganhos e, de Gastos e Perdas, estão melhores que no ano de 2016.

6 – Tendo como comparação o ano de 2016, nas rubricas de Rendimentos e ganhos há a assinalar um aumento de 25.000,00 Euros. No conjunto de Gastos e Perdas houve um aumento de 102.000,00.

7 – A conta fornecedora não teve qualquer relevância em relação ao ano anterior.

8 – Relativamente as diversas Valências, salientamos os resultados negativos da “ Creche Santo António ” do Jardim Infância “ A Cegonha ” e no Jardim de Infância “ A Borboleta ”, do Centro de Acolhimento Temporário, da Unidade Residencial Viva,

9 – Pelo exposto, tendo em consideração as informações recebidas da Mesa Administrativa, analisado o Relatório e ouvido o Contabilista Certificado, somos de parecer favorável à aprovação do Relatório de Gestão de contas.

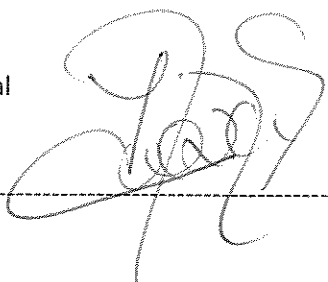
10 – Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar a Mesa Administrativa e aos Serviços Administrativos o seu apreço pela colaboração prestada.

[Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including names like 'Felix' and 'J. J. J. J.']

Vila Real de Santo António, 16 de Março de 2018.

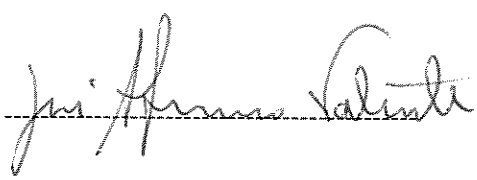
O Conselho Fiscal

O Presidente;



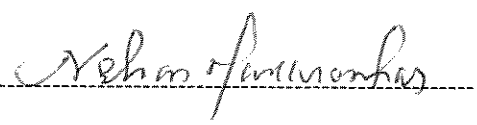
Handwritten signature of the President, written in black ink over a dashed line.

O Vice-presidente;

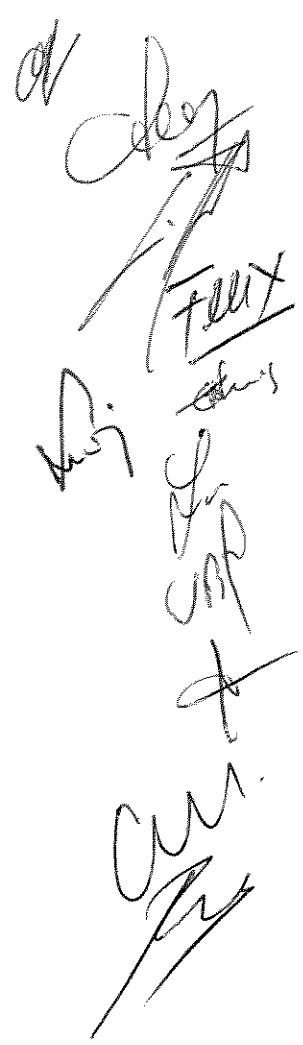


Handwritten signature of the Vice-president, written in black ink over a dashed line.

O Secretario;



Handwritten signature of the Secretary, written in black ink over a dashed line.



A vertical list of handwritten signatures on the right side of the page. From top to bottom, the signatures include: a small mark, a signature, a signature with 'Felix' written below it, a signature with 'duis' written below it, a signature with 'cap' written below it, and a signature with 'am.' written below it.

at
Felix
B. ~~de~~
de
CAP
+

Certificação Legal das Contas

Handwritten signatures and initials:
- Top signature: *al. Perz*
- Middle signature: *Felix*
- Middle signature: *Di*
- Middle signature: *W. VAP*
- Middle signature: *A*
- Bottom signature: *am.*



Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

+30 Anos
de Credibilidade, Isenção e Competência

An independent member of
B K R
INTERNATIONAL
www.bkr.com

António Mariquito
José Manuel Correia
Vera Martins
Mariana Mariquito
Felix
B
L
M
C
M

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.479.007 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.611.952 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 20.339 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas no número 1 da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Conforme referido na nota 4 do anexo, a instituição procedeu, no exercício de 2013, à alteração do período de vida útil dos imóveis revalorizados tendo sido atribuído mais 50 anos de vida útil a todos eles.

Não nos foram facultados estudos económicos fundamentados, nem pareceres técnicos independentes, que nos permitam avaliar sobre a adequacidade da nova vida útil atribuída aos imóveis revalorizados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

30 Anos
de Credibilidade, Isenção e Competência

An independent member of

BKR

INTERNATIONAL

www.bkr.com

[Handwritten signatures and initials]
Felix
Bi
La
am
P

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
1988-2018

+30 Anos
de Credibilidade, Isenção e Competência

An independent member of

B K R

INTERNATIONAL

www.bkr.com

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 20 de março de 2018

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:


José Martins Correia - ROC



FELIX










am.